



Anais da Assembléia

N. 104

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 24 DE SETEMBRO DE 1987

ANO XIII

^a
1. SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 87.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 1.987
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Vera Agibert, Acyr Mezzadri, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Lindolfo Júnior, José Alves e Alexandre Ceranto. (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela Ordem) - Requerio a chamada nominal dos Senhores Deputados, e que conste em Ata a ausência do Senhor 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa defere e fará constar a ausência do Senhor 2º Secretário. Solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados)

Trinta e três Senhores Deputados responderam a chamada nominal.

Há "quorum" para deliberação.

A Presidência irá proceder à verificação de votação, atendendo solicitação do Senhor Deputado Pedro Tonelli.

(É procedida à verificação de votação, Aprovada a Ata.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, preferência na discussão e votação do Projeto de Lei n. 219/87, constante da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 24.09.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 10 sessões consecutivas, da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n. 219/87, de autoria do Poder Executivo, tendo em vista a necessidade de se esclarecer o montante da dívida interna e externa do Estado, a ser esclarecido por solicitação deste Parlamentar, em requerimento a ser votado na Sessão Ordinária deste dia 24 de setembro de 1987.

Sala das Sessões, em 24.09.87.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o encerramento da discussão do Projeto de Lei n. 219/87, com base no Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 24.09.87.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja solicitado a reinclusão do Projeto de Lei n. 53/87, que trata da implantação no magistério paranaense do Regime Diferenciado de Trabalho, a que se refere a Lei Complementar n. 32, de 11 de dezembro de 1986, na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 24.09.87.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Pesar, pelo passamento do Senhor Vitório Manoel Bobato, ocorrido em 15 de setembro de 1987, em Imbituva-PR.

Sala das Sessões, em 24.09.87.

(a) VERA AGIBERT

JUSTIFICATIVA:

Vitório Manoel Bobato enriqueceu Imbituva com seu trabalho e bom exemplo. Progenitor e integrante de uma das famílias mais tradicionais do Município, deixa viúva a Senhora Elvira Bobato, com quem construiu com fé e dedicação um verdadeiro modelo de vida conjugal e comunitária.

Entristecidos, lamentamos a separação, mas nos envaidecemos pela felicidade de sua rica convivência e rogamos a Deus a recompensa por tudo o que semeou em nosso meio.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER sejam inseridos na Ata dos trabalhos da presente Sessão nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Siqueira Campos, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios de direito prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

REQUER, também, que do presente, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 24.09.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Senhor Halim Makarios e demais funcionários da empresa Usimix Serviços de Concretagem Ltda., sita à Rua Marechal Hermes n. 2255 - São José dos Pinhais/PR., pela instalação e inauguração de sua mais nova filial.

Sala das Sessões, em 24.09.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

A empresa Usimix Serviços de Concretagem Ltda., é um conglomerado sito à Rua Marechal Hermes, 2255, em São José dos Pinhais, Município vizinho à nossa grande Curitiba. Atua no ramo de concretagem há quatorze anos, tendo prestado serviços relevantes nesta área, propiciando um maior desenvolvimento no setor e possuindo diversas filiais espalhadas pelo País, servindo de exemplo nacional.

Por tudo isto e mais não há necessidade de se expressar em palavras aqui escritas, acreditamos que o Senhor Halim Makarios, Diretor-Presidente desta grande empresa tipicamente nacional, juntamente com os seus funcionários, que ajudam a manter a imagem que hoje representa, sejam merecedores dos votos aqui manifestados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Regozijo pelo Jubileu de Prata do Hospital Bom Jesus de Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 24.09.87.

(a) VERA AGIBERT

JUSTIFICATIVA:

O Hospital Bom Jesus de Ponta Grossa-PR., em 25 anos de existência, marcou indelevelmente a vida dos Campos Gerais com o exemplo de dedicação e fraternidade, restabelecendo a saúde do corpo e do espírito de tantos desafortunados.

Em seu Jubileu de Prata, cumprimentamos a sua Direção e as Irmãs Servas de Maria Imaculada, rogando à Divina Providência infinitas graças, para a continuidade deste apostolado de incentivo à esperança e à vida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Raphael de Almeida Magalhães, Digníssimo Ministro de Estado da Previdência, solicitando a elaboração urgente do Plano de Cargos e Carreira dos Servidores da Previdência.

Sala das Sessões, em 24.09.87.

(a) VERA AGIBERT

JUSTIFICATIVA:

A população brasileira tem reclamado maior eficiência dos serviços prestados pela Previdência Social em nosso País e, por outro lado, os servidores sentem-se desamparados, pelo acúmulo crescente de atribuições que a impossibilidade de novas contratações acarreta e, principalmente pelos salários totalmente defasados, provocando o êxodo do serviço público ou a queda de produtividade.

Segundo telex da Superintendência Estadual dirigido às Agências do Paraná, o Plano de Cargos e Carreira dos Servidores da Previdência será encaminhado ao Congresso Nacional até 30 de setembro p.v., ocasião que aproveitamos para reforçar o apoio aos humildes previdenciários, no sentido de ver concretizada esta medida, dentro do prazo estabelecido, cujo benefício se estenderá à população brasileira, tão injustamente servida quanto os abnegados servidores da Previdência.

É importante lembrar que os servidores das autarquias da Previdência no Paraná ainda não se incluíram na minoria radical que se vale do artifício da greve, embora nos pareça justa. Porém, não achamos justo que esta responsabilidade pelo trabalho seja penalizada com a permanência da atual situação funcional dos servidores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Fernandes Dias, Digníssimo Governador do Estado, solicitando a estadualização da Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati.

Sala das Sessões, em 24.09.87.

(a) VERA AGIBERT

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati, criada através de Lei Municipal há 12 anos, atende um colégio universitário em que mais de 12 são de outros municípios da microrregião.

As Faculdades Municipais nasceram de uma necessidade de interiorização do ensino superior e alguns municípios, na intenção de evitar a locomoção de estudantes obrigados a percorrer grandes distâncias e na ânsia de bloquear o êxodo dos jovens para os grandes centros, assumiram o pesado encargo que hoje torna-se insuportável.

Irati vive o drama de Município mantenedor de uma Instituição de III grau, sem condições financeiras, a Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati oferece instrução de alto nível. Nos seus 12 anos de atividades, formou um significativo contingente de professores que mi-

litam na quase totalidade, das Escolas de I e II graus da microrregião.

Como nunca ficou bem claro a responsabilidade dos três níveis de ensino em nosso País, julgamos oportuno as competências de I, II e III graus, sob os encargos do município, do Estado e da União, respectivamente.

Compreendemos as dificuldades do Estado para assumir mais esta responsabilidade. Entretanto, no momento, é o único canal aberto para encaminarmos este apelo. Por isso, suplicamos para a sensibilidade do Governo pela estadualização da FECLI ou, pelo menos, para que se estude a possibilidade de assumir a folha de pagamento dos professores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de ofício aos Senhores Deputados e Senadores da Bancada paranaense no Congresso Nacional, solicitando apoio e urgência para aprovação do Plano de Cargos e Carreira dos Servidores da Previdência que será enviado ao Congresso, a partir do dia 30 de setembro próximo vindouro.

Sala das Sessões, em 24.09.87.

(a) VERA AGIBERT

JUSTIFICATIVA:

Os servidores das autarquias IAPAS, INPS e INAMPS, da Previdência Social do Paraná, não aderiram ao movimento grevista devido à informação prestada pela Superintendência Estadual de que o Plano de Cargos e Carreira dos Servidores está prestes a ser concluído e será encaminhado ao Congresso Nacional a partir do dia 30 de setembro de 1987.

Embora a classe não tenha participado efetivamente da elaboração do referido Plano, exceto mínima representação, julgam os servidores da Previdência que tal medida, se não resolve o problema salarial, pelo menos, ameniza a situação funcional dos previdenciários.

Os vencimentos dos servidores da Previdência estão tão depreciados, a ponto de incentivar o êxodo do serviço público federal. É inadmissível que um órgão da importância do Ministério da Previdência, que se destina a amparar a população inativa brasileira, despreze o justo amparo aos integrantes da própria Casa.

A maioria dos servidores da Previdência percebem vencimentos entre Cz\$ 5 mil 303 cruzados e 21 centavos, correspondente à referência NM-21 e Cz\$ 8 mil 019 cruzados e 43 centavos, correspondente à referência NM-32, já acrescidos de uma bonificação de 20% (vinte por cento), conquistada na última paralisação. Ressaltamos,

ainda, que a maioria dos servidores possuem curso superior e estão enquadrados como nível médio. Entendemos que esta é uma questão de concurso, entretanto, pode-se estudar uma gratificação para tais casos.

Temos certeza que o Legislativo Federal, embora não se valha do slogan "Tudo pelo Social", terá complacência e apoiará a reivindicação dos abnegados e humildes servidores da Previdência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de ofícios ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, ao Relator Geral da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral, bem como aos Senhores Deputados Federais e Senadores do Paraná, encarecendo a necessidade de que seja mantida a aposentadoria especial ao magistério, nos termos da Constituição vigente.

REQUER, outrossim, uma vez aprovado este, se dê ciência à Associação dos Professores do Paraná, da decisão desta Casa.

Sala das Sessões, em 24.09.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL

Apoiamento: ALgaci Túlio, Artagão Mattos Leão, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A aposentadoria especial, aos 25 anos de serviço para as mulhees, e aos 30 para os homens, foi uma das grandes conquistas do magistério, nos últimos tempos.

Agora, com a elaboração de uma nova Constituição para o País, essa conquista está ameaçada de simplesmente desaparecer. Os temores do professorado se acentuaram ao vir à luz o texto do anteprojeto da futura Carta Magna, elaborada pelo Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral.

Como é natural, o fato colocou em sobressalto toda a valorosa e sofrida classe dos professores, obrigando-os a uma intensa e penosa movimentação, junto aos Senhores Constituintes, visando convencê-los da necessidade de se manter a aposentadoria especial.

Essa luta nos parece extremamente justa e, em razão disso, entendemos deva esta Assembléia também se posicionar, a exemplo do que já fez o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e o Senhor Secretário da Educação, fazendo chegar aos dirigentes da ANC e, em especial, aos representantes paranaenses, o angustiado apelo do magistério paranaense.

É o que propomos, esperando dos nobres

Pares o indispensável apoioamento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando providências no sentido de implantar uma política de fiscalização eficaz no controle do processo de industrialização de soros líquidos utilizados nos hospitais, devido ao alto risco de contaminação que estes produtos oferecem. 1. Ministro da Saúde, Dr. Roberto Santos.

2. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares da Silva.

Sala das Sessões, em 24.09.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Conforme publicação do Sindicato dos Estabelecimentos de Saúde no Estado do Paraná, datado de setembro/87, no Brasil cerca de 500 a 1000 pessoas morrem anualmente em consequência da contaminação dos soros líquidos utilizados em hospitais.

Atualmente no País existem 21 fábricas dos mais diversos tipos de soro fisiológico, glicosado, para diálise peritonial e outros, todos, conforme denúncia da Diretoria Técnica da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde, estão contaminados por fungos, algas e bactérias.

Conforme ainda informou a diretoria técnica da FENAESS, os órgãos públicos não possuem sequer normas de fabricação ou qualquer outro tipo de controle e fiscalização junto às empresas que chegam a produzir lotes inteiramente comprometidos.

Devido a falta de normas técnicas, tanto na manipulação e até mesmo na matéria-prima já chegam aos frascos com germes, porém, o grande problema são os recipientes plásticos, considerados impróprios e responsáveis pela deterioração geral do produto, hoje. Outra irregularidade constatada é a cola da etiqueta na embalagem, pois a cola reage com o plástico e propicia a penetração de bactérias. O ideal seria a produção do soro em vidro, método abandonado há mais de 15 anos. A embalagem opaca do plástico impede a inspeção visual e as irregularidades chegam a ser percebidas apenas depois de parcialmente consumido.

É, portanto, baseado nestas informações, que vimos através deste requerimento ao órgão competente que seja implantada uma política de fiscalização e controle na industrialização de soros líquidos usados em hospitais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Osmar Dias, solicitando a criação de um programa que vise a orientação do agricultor para evitar-se o uso indiscriminado de fertilizantes.

Sala das Sessões, em 24.09.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O uso indiscriminado de fertilizantes não alcança o mesmo percentual dos agrotóxicos, porém a sua prática é freqüente. Em função dos altos preços o agricultor não aplica superdosagem, mas é comum a inadequação de certos procedimentos, como por exemplo um agricultor aplicar calcário em sua propriedade, e após uma análise verificar-se que não havia necessidade de tê-lo feito.

Os agricultores muitas vezes influenciados pelas propagandas veiculadas nos meios de comunicação, pelas empresas de vendas que vendem uma imagem falsa da função de adubo e leva-os a procedimentos errôneos no uso de fertilizante. Segundo professores da disciplina de "Solos" da Universidade Estadual de Maringá, a penetração dos órgãos de assistência é significativa, mas perde em muito para às empresas de insumos, cuja única preocupação é vender um produto como a salvação do agricultor, para ele obter uma boa produção.

O uso inadequado dos fertilizantes pode ocasionar o desequilíbrio e a queda de produção na lavoura, alertam os profissionais. O excesso de um nutriente interfere na eficiência do outro, daí a necessidade da aplicação de adubos conhecendo-se antes a deficiência do solo. O adubo em si é benéfico às plantas, o prejudicial é o uso de formulações inadequadas. Muitas vezes a aplicação de fertilizante é encarada levando-se em conta apenas a carência do solo, sendo imprescindível também considerar as necessidades da planta.

Uma boa produção deve ser associada à uma série de fatores, tais como o solo, planta e clima. O indivíduo tenta associar a queda de produção a apenas um fator, e normalmente à fertilidade da terra. Ela pode ser um fator, mas nem sempre é o determinante em todos os casos. Daí a orientação de que ele precisa descobrir quais são os fatores que estão causando a quebra e a partir daí buscar um equilíbrio.

É, portanto, embasado nestes critérios, que vimos através deste solicitar à Secretaria de Agricultura o empenho no sentido de criar um programa específico para orientação do agricultor com relação

ao uso de fertilizantes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Governador do Estado, Senhor Álvaro Dias, ao Excelentíssimo Secretário de Segurança Pública, Senhor Antônio Lopes de Noronha e ao Prefeito Municipal de Maringá, Senhor Said Felício Ferreira solicitando a realização de estudos conjuntos no sentido de se levantar os problemas de segurança pública em Maringá.

Sala das Sessões, em 24.09.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Conforme cópia de requerimento de autoria do Vereador José Maria Bernardelli, aprovado em Sessão da Câmara de Maringá em 17.08.1987, em anexo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, seja enviado cópia deste requerimento ao Diretor do DER, Senhor Olivio Zanella, para que viabilize a implantação de um "reductor de velocidade" na Rodovia Br-116, esquina com a rua Governador Agamenon Magalhães.

Sala das Sessões, em 24.09.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Rodovia BR-116 tem sido, infelizmente, palco de inúmeros e trágicos acidentes, ceifando preciosas vidas e provocando danos materiais de grandes proporções. Este fato, lamentavelmente, vem ocorrendo, também, na esquina daquela Rodovia com a rua Governador Agamenon Magalhães - no bairro do Cajuru, ocasionando atropelamentos, choques entre veículos, na maioria das vezes, com vítimas fatais, em razão da alta velocidade desenvolvida naquele trecho por veículos de porte pequeno, médio e grande, inclusive, em decorrência de enorme fluxo de ônibus que vêm de São Paulo, entrando pela citada rua, em direção à rodoviária. Nessa fatídica esquina, muitos pedestres foram atropelados, encontrando a morte ao tentarem, desesperadamente, atravessar a BR-116 para alcançarem a outra margem, em virtude da inexistência de qualquer forma de passagem ou acesso para o outro lado. Esses eventos ocorrem, ainda nesse local, dada à existência de Agência do Banco Bamerindus, oficinas e casas comerciais, aumentando, conseqüentemente, o movimento de veículos e pessoas.

Ressalte-se, por outro lado, que a rua

Governador Agamenon Magalhães possui dois sentidos, com veículos oriundos do centro, procuram usar da Rodovia para atingirem os bairros do Prado Velho, Vila Hauer, Boqueirão, Pinheirinho e outros, transformando aquele cruzamento em sério perigo, com veículos surgindo de todos os lados, inclusive, acrescente-se, da rua Frei Orlando.

Face a esses nefastos acontecimentos, moradores da região vivem em constante insegurança e intranquilidade correndo, diuturnamente riscos de serem repentinamente colhidos por qualquer veículo leve ou pesado.

A pretensão que ora se formula, portanto, objetiva seja adotada a implantação de um "reductor de velocidade" na citada esquina, ou seja, na BR-116 com a rua Governador Agamenon Magalhães, como forma de segurança preventiva e acauteladora, forma única de coibir os abusos reiterados de morotistas inconscientes e altamente irresponsáveis, bem como para evitar que eventuais e futuros acidentes venham a ocorrer naquele logradouro.

Quando o cidadão não tem sã consciência de sua responsabilidade no cumprimento de suas obrigações e deveres e, sobretudo às leis, mister se faz que os órgãos públicos a que se subordinam esses interesses da população se manifestem e criem instrumentos capazes de persuadi-lo ao cumprimento das recomendações recomendadas pela legislação específica.

Este é, fundamentalmente, o motivo da postulação deste requerimento a Vossa Excelência, que por certo, haverá por bem em acolhê-lo, atendendo-se, dessa forma, antiga e justificada reivindicação dos moradores daquela região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e na forma das disposições regimentais, submetem à apreciação da Casa a seguinte proposição:

REQUEREM, após ouvido o Plenário, a convocação do Senhor Secretário de Segurança para que compareça, dentro dos próximos dez dias, perante o Plenário desta Casa legislativa a fim de prestar informações e esclarecimentos sobre a real situação da Segurança Pública no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.09.87.

(aa) PEDRO TONELLI, VALDERI MENDES VILELA, ANTÔNIO BELINATI, RAFAEL GRECA, ALGACI TÚLIO, BASÍLIO ZANUSSO e ANTÔNIO COSTENARO NETO.

JUSTIFICATIVA:

O aumento da criminalidade, o envolvimento de integrantes das Polícias do Estado em crimes, a insegurança da comunidade

e às reivindicações desta quanto à segurança pública, justificam a proposição.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 243/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam vedadas novas construções de edifícios públicos na área do Centro Cívico.

Parágrafo Único - As áreas remanescentes ficarão destinadas à construção de praças e jardins públicos.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.09.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

O Centro Cívico (assim denominado pela Lei n. 06/73), projetado pelo arquiteto paranaense David Xavier Azambuja (da Escola Nacional do Rio de Janeiro) juntamente com sua equipe colaboradora, foi construído durante o Governo de Bento Munhoz da Rocha Neto. Tem como finalidade aglomerar num único-núcleo o centro administrativo do nosso Estado, aglutinando os Três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. O Centro Cívico foi inaugurado pelo Presidente Café Filho em 1953, data em que o Paraná comemorou o Centenário de sua Emancipação Política.

O plano originário previa a construção dos seguintes edifícios: Palácio do Governador, residência do Governador e anexos, Assembléia Legislativa com três edifícios: Plenário, Secretarias e Comissões Técnicas, Edifícios das Secretarias de Estado, Palácio da Justiça e Tribunal do Júri.

Em 1960, conforme vistorias e perícias procedidas por Comissões Especiais, estas concluíram pela demolição das obras da residência do Governador (por falta de segurança e de estabilidade do bloco). O edifício das Secretarias, em razão de acordo entre Governo do Estado e o Presidente do Tribunal de Justiça, foi concluído e destinado aos órgãos do Poder Judiciário. E, em 1967, foi construída a Prefeitura Municipal de Curitiba.

Apesar de não constar no plano de obras originárias do Centro Cívico, foi inaugurado o Tribunal de Contas do Estado na data de 1972.

A área do Centro Cívico foi projetada dentro dos padrões de equilíbrio e dimensões arquitetônicas condizentes com a área. Os espaços hoje ocupados por praças e jardins, assim como, as áreas não ocupadas pelos prédios públicos, deverão continuar assim destinadas.

Por entendermos que as praças e jardins pertencem às flores, aos pássaros e às crianças, não podem elas ser transformadas em muros de concreto, com vidros fumê, tais como os arranha-céus que tanto destoam com a natureza. Devemos lutar por tornar realidade o tão sonhado conjunto harmonioso "Homem e Natureza"! Ambos podem e devem viver harmoniosamente. Contudo, cabe ao homem dar a iniciativa.

Com a medida aqui proposta iremos colaborar em tornar real este sonho. O povo curitibano poderá usufruir conjuntamente dos serviços do Estado e do bem-estar emanado pelas cores das flores e do contar dos pássaros, que embelezarão, ainda mais, o grandioso sonho de Bento Munhoz da Rocha Neto em fazer obras que façam frente a grandeza deste Estado dos Pinheirais.

Pelas razões expostas, esperamos dos nobres pares desta Casa o devido apoio à proposta aqui plantada.

PROJETO DE LEI N. 244/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA MOTA, com sede e foro em Adrianópolis.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.09.87.

(a) ACYR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores e Amigos da Vila Mota, de Adrianópolis, é uma entidade que propugna pelo mais alto sentido comunitário, visando o conagraamento dos moradores daquela localidade.

Sua finalidade precípua é a de manter serviços sociais e culturais, educacionais e de saúde, usando de seus próprios recursos ou mantendo convênios com organismos públicos e particulares.

Ora, uma entidade que se propõe a propiciar o bem-estar e o progresso de sua comunidade, é sem dúvida merecedora de seu reconhecimento, pelo Estado, como de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI N. 245/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de "Cidadão Honorário do Paraná" ao Senhor ERCÍLIO SANTINONI.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.09.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A pessoa do Senhor Ercílio Santinoni, a quem se pretende outorgar o título de "Cidadão Honorário do Paraná", vem prestando relevantes e inestimáveis serviços na defesa dos legítimos interesses da classe das micro e pequenas empresas, que representam a grande maioria das atividades privadas neste País.

O Senhor Ercílio Santinoni vem desempenhando há vários anos, com honradez e trabalho profícuo, diversos cargos de direção nas associações que congregam as classes acima, hoje ocupa os cargos de Presidente da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas do Paraná - FAMPEPAR, e Associação de Micro e Pequenas Empresas de Maringá - MICROMAR, cuja atuação tem se projetado nacionalmente, tendo conseguido, já por diversas vezes, justiça para muitas reivindicações da classe dos micro e pequeno empresários, tão sofridos, mas que são, na realidade, os grandes vanguardeiros da economia nacional.

Anexamos ao presente Projeto de Lei curriculum vitae do Senhor Ercílio Santinoni, para os devidos fins.

Assim sendo, esperamos o apoio e consequente aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Acyr Mezzadri, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei nº 219/87, constante da Ordem do Dia de hoje. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 219/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 75/87), que autoriza o Poder

Executivo a contratar empréstimos internos pela Administração Direta e Indireta do Estado, até o valor equivalente a 10 milhões de OTN's e a prestar fiança ou aval, conceder contragarantia de fiança, de aval ou de qualquer outra garantia prestada por entidades da Administração Indireta do Estado, até o valor de 15 milhões de OTN's.
EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em número de duas, de autoria dos Senhores Deputados Luiz Alberto Oliveira e Pedro Tonelli, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 01
AO PROJETO DE LEI N° 219/87

Substitua-se o Art. 4° pela seguinte redação, remunerando-se os demais artigos:

Art. 4° - As condições para a contratação dos empréstimos e para a prestação de fiança e aval obedecerá as normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias e às exigências dos órgãos encarregados pela Política Econômica da União, especialmente no que se refere a taxas adicionais e comissões de intermediação.

Sala das Sessões, em 24.09.87.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA
Líder do PDS.

Apoiamento: Pedro Tonelli, Algaci Túlio, Basílio Zanusso, Antônio Costenaro Neto.

JUSTIFICATIVA:

A inclusão desse dispositivo no corpo do presente Projeto de Lei justifica-se pela necessidade de se coibir eventuais pagamentos de comissões de agentes de intermediação de operações de crédito, evitando-se dessa forma a repetição do pagamento de onerosos encargos efetuados durante a administração anterior.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 02

Altera Redação e Acrescenta Inciso, ao Art. 1°:

O Art. 1° passa a vigorar com a seguinte Redação:

Art. 1°- (Mantém-se o Caput").

I -

II-

III-

IV-

V- REFORMA AGRÁRIA.

VI- Obras de Infra-Estrutura.

Sala das Sessões, em 24.09.87.

(a) PEDRO TONELLI.

Apoiamento: Antônio Belinati, Basílio Zanusso, Antônio Costenaro Neto, Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

É do conhecimento de todos o abandono em que se encontram os assentamentos no Estado do Paraná. É necessário que o Governo do Estado demonstre a sua preocupação em fazer prosperar o plano de Reforma Agrária, tão necessário para o desenvolvimento do País. O Governo tem que empenhar esforços em dar condições de infra-estrutura e apoio aos assentamentos efetuados no Estado do Paraná. Sem isso a Reforma Agrária será um fracasso, que só servirá de arma para que os reacionários, tão em moda atualmente no País, proclamem que ela não deve ser feita.

Há sobre o mesmo, requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 sessões, da Ordem do Dia, Projeto de Lei n° 219/87. Não recebido, com base no Art. 177, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio para discutir.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Pretendo concluir o meu pensamento, o meu raciocínio a respeito dessa 2ª Discussão deste projeto em apenas uma hora. Se não me for possível, Senhor Presidente, eu faço um requerimento à Mesa, na sequência, se precisar de prorrogação. Espero não cansar os companheiros parlamentares, porque afinal de contas é um projeto importante que merece ser bem discutido por esta Casa.

Nós discutimos, portanto, hoje, em 2ª Discussão, o Projeto de Lei n° 219/87, de iniciativa do Senhor Governador, que visa autorização para prestação de aval e fiança. Discute-se o artigo 1° do projeto, e eu quero então, ler o artigo 1° do projeto. (Lê o artigo 1°).

Dizíamos nesta Casa, quando da 1ª Discussão, que a destinação é justa e que estamos de acordo com ela. Não poderia ser diferente. Porque aplicar nas áreas de segurança pública, justiça, saúde e educação é fazer realmente um grande investimento. Mas não podemos concordar com a forma como são feitas as coisas. Não podemos aceitar que sejamos obrigados a votar matéria que não conhecemos.

Vejam aqui, por exemplo, o artigo 1° diz no seu final, "destinados a dar suporte aos seguintes programas: Segurança Pública, Justiça, Saúde, Educação, Obras de Infra-Estrutura".

Senhor Presidente e Senhores Deputados, em aparte que nos fez o nobre Deputado Caíto Quintana, Líder do PMDB, quando da 1ª Discussão, entendemos que ele nos traria o detalhamento das aplicações des-

ses valores. Perguntamos ao Deputado se isso foi possível, se não o foi ao Deputado Caíto Quintana, perguntamos ao Deputado Líder da Bancada, Líder do Governo, Deputado Nestor Baptista, com relação às informações que nós pedimos quando da 1. Discussão. Porque, afinal de contas, eu repito, a Mensagem, o Projeto, ele não detalha a aplicação desses investimentos, inclusive, também não sei se essas garantias vão atender as disposições legais monetárias, ou se estamos passando até por cima da Legislação Federal.

Precisamos saber, na verdade, saber e termos bem esclarecidos, para evidentemente podermos votar tão importante matéria.

Vejam, Senhores Deputados, como são difíceis as coisas, se o próprio Líder do PMDB, que me aparteu na última terça-feira, me dizia que traria a esta Casa detalhes desta Mensagem, a maneira como seriam aplicados esses recursos. Se o Partido do Governo pelo menos até agora que não me apresentou esses detalhes, não teve possibilidade de nos trazer esses esclarecimentos necessários para uma maior clareza do projeto, o que dizer da nossa situação de Deputados da Oposição, que não convivemos dia-a-dia no Palácio, que não temos Bancadas reunidas com Secretários. Então é difícil realmente a posição nossa de Deputado de Oposição nesta Casa. O que significa isto Senhores Deputados? Significa que esta Casa e a maioria dos Senhores Parlamentares votam sem saber o que é que estão votando.

Segurança Pública. O que é que se vai aplicar nesta área de tanta carência e hoje discutida nesta Casa e inclusive as minhas explanações corroboradas pelo Deputado Luiz Carlos Alborghetti, do Partido da Situação, falando da carência que existe ainda nesta área. Não vamos discutir aqui se o Secretário da Segurança Pública da gestão passada não fez e se não fez a culpa também não é minha, porque ele não era Secretário do meu Partido, era Secretário do próprio PMDB, e hoje é o Secretário da Reforma Agrária no Estado do Paraná. Falta desde o elemento principal que é o humano, e esta Casa sabe bem porque tem diversos Deputados ligados ao setor de segurança, como o Cel. Raul Vitor Lopes, ex-Comandante da Polícia Militar, profundo conhecedor dos problemas dentro da sua ex-corporação. O Deputado Luiz Carlos Alborghetti, ligado à área de segurança, Presidente da Comissão de Segurança desta Casa. Nós sabemos que a nossa Polícia Militar enfrenta problemas realmente sérios pela falta de homens, e eu repito, mais uma vez, e se for mentira que me contestem neste momento, saem mais homens da Polícia Militar do que entram, e é uma realidade, ninguém pode desmentir isso, e quem afirma isso é o

próprio comandante da Polícia Militar.

Saem mais homens da Polícia do que entram, por que? Em razão dos baixos salários que recebem, em razão da falta de melhor estrutura dentro da Polícia Militar. Hoje a situação realmente é precária na área de segurança, e as perspectivas de solução estão longe, pelo baixo salário que é pago ao policial militar. Claro que isto não justifica o que já foi dito hoje, aqui nesta Casa.

O Sr. Nilton Barbosa - Vossa Excelência me concede um aparte.

O SR. ALGACI TÚLIO - Na sequência nobre Deputado, espero que mantenha calma e tranquilidade, eu tenho uma hora e mais prorrogação se eu pretender, para discutir este Projeto.

O próprio cabo da Polícia Militar envolvido no assalto ao ônibus da Sul Americana dizia - é claro que não justifica, mas ele disse uma realidade - o policial militar paga para trabalhar, ganha um salário de miséria, tem família para sustentar, tem seus compromissos, tem o aluguel da sua casa, tem a comida, tem o remédio para levar para casa, tem o material escolar para seus filhos. É uma situação lamentável vivida hoje, principalmente, pelo policial militar de baixo escalão na Polícia Militar. E idêntica situação ocorre na área da Polícia Civil.

Mas as necessidades de mais polícia fardada aumentam dia a dia, e na Polícia Civil se dá o mesmo drama. Existem centenas de vagas, mas falta gente, ninguém mais quer ser polícia, porque o Estatuto da Polícia é mais um estatuto que mais exige do que dá condições para o policial. Ele mais tem obrigações do que direitos, e assim também é na Polícia Militar. O cidadão se sujeita a uma série de compromissos mas ele não vê quase nada em troca disso. A situação realmente é grave, por isso, Senhores Deputados, precisamos realmente investir na segurança. Está certo o Governador, não estou contra isso, estou contra o projeto que vem vazio, não especificando com detalhes onde serão aplicados esses recursos. A violência continua crescendo, a população exigindo proteção policial, mas sem receber esta proteção policial.

Será que se vai aplicar os valores, conseguidos por empréstimos, na Caixa Econômica ou será que se vai aplicar nos mini-presídios? Vejam que o Ministro Paulo Brossard, quando aqui esteve nesta semana passada, disse que o Governo não tem recursos, que nada se pode fazer neste setor, que o Brasil tem penitenciárias para

50 mil presidiários. Quer dizer, é brincadeira, minha gente, é brincadeira uma afirmação partindo do Ministro da Justiça; 50 mil presidiários parece brincadeira. Só o Paraná deve ter cifra parecida em criminosos aguardando cumprimento de mandato de prisão, pois são mais de 30 mil aqui no Paraná. Há muito que defendemos a modificação da pena; o instituto da pena precisa ser modificado, o que acontece é que se manda para a penitenciária ladrões pés-de-chinelo, como nós dizemos na gíria policial, gente que rouba até para matar a fome. Não justifica, claro que não justifica e com isso verdadeiros criminosos são deixados soltos por aí, mas não é o caso. O caso é saber se estas autorizações para prestação de garantias vão redundar em vantagens para o setor penitenciário. E é bom que se diga que sempre defendemos a construção de mini-presídios, de penitenciárias agrícola, para acabar com a ociosidade do preso, que além de roubar, de matar, vai para a penitenciária sobreviver às nossas custas, sem dar nada em troca. Então é necessário que se modifique esta situação, é preciso investir nesta área, claro que é preciso, mas é preciso investir com conhecimento de causa, é preciso investir também usando o próprio presidiário, para que evidentemente ele sinta que cometeu uma falta contra a sociedade, que cometeu um crime contra a sociedade e que por este crime ele tem que pagar, não apenas ficando na penitenciária fechado vinte e quatro horas por dia, mas dando em retribuição aquilo que nós pagamos para que ele fique lá dentro.

Enfim, Senhores Deputados, a situação realmente é grave, a situação é grave neste Estado do Paraná na área de segurança.

Eu quero conceder o aparte ao Deputado Pedro Tonelli, na sequência daqueles que me solicitaram aparte.

Concedo aparte então ao Deputado Pedro Tonelli.

O Sr. Pedro Tonelli - Eu agradeço esse aparte quando nós estamos discutindo um assunto de relevada importância, não só para esta Casa, mas para o Estado do Paraná todo.

Eu gostaria de deixar bem claro, que talvez muitos possam subentender que a gente estaria contra o projeto, Eu nunca me manifestei, não sou contra esse projeto de que o Governo busque recursos, nem que sejam financiados, se fosse o caso, para contemplar a necessidade social neste Estado. As minhas dúvidas que eu coloco, e nisso gostaria de me solidarizar com Vossa Excelência, que está discutindo esta matéria, que nós temos que ter mais claro em que estes recursos serão aplicados antes de nós aprovarmos, para mais tarde não pa-

garmos por uma culpa que nós não temos. Acho que uma questão que nós deveríamos saber com profundidade e que aliás é motivo de requerimento de autoria deste parlamentar que foi pedido para discutir e que vai ser votado no dia de hoje, é a real situação do endividamento deste Estado. Eu não sei a situação do endividamento, se é absorvível ou não de acordo com o nosso plano de arrecadação do ano que vem, daqui a dois anos, daqui a três anos, quatro anos e cinco anos. Então, esta é uma informação que nós gostaríamos de ter para votar com a consciência tranqüila. Outra preocupação nossa a questionar, também é que estão explicitados neste Projeto os objetivos, só que não existem os detalhes desses objetivos, e Vossa Excelência muito bem questionou isso.

Na área de Segurança, em que na segurança vai ser gasto? Na área de Saúde, em que? Vai ser repassado para duas, três empresas hospitalares, ou realmente vai se beneficiar a medicina socializada?

Na área de Educação? E assim por diante. Nós gostaríamos de saber os detalhes também, e isso deveria estar contido neste Projeto e nós deveríamos ter conhecimento disso. E digo mais: eu estou apresentando uma emenda, devidamente subscrita, para que se inclua também neste Projeto não só Saúde, Educação, Segurança, mas também parte desse empréstimo seja destinado para a Reforma Agrária.

Todos os dias ouvimos o Secretário da Reforma Agrária, o Secretário da Agricultura, o Governador do Estado, falar em que a Reforma Agrária no Paraná está a passos lentos porque não há recursos e não sei mais o quê. Então, não temos que aproveitar todos esses empréstimos de endividamento que nós estamos fazendo e vamos começar a destinar também parte de recursos para estabelecer e priorizar e tentar solidificar os assentamentos e os futuros assentamentos e recursos para a Reforma Agrária no Paraná.

Então, eu acho que é através desta discussão e desta vontade que vamos realmente fazer com que os próximos investimentos sejam para as reais necessidades deste Estado. Agradeço e quero compartilhar estas palavras com a sua preocupação, nobre colega Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, nobre Deputado Pedro Tonelli. E concedo, na sequência, o aparte ao Deputado Raul Lopes.

O Sr. Raul Lopes - Muito obrigado, companheiro. Eu vou me permitir ler aqui, companheiro Algaci Túlio, e quer me parecer que temos um tempo um pouco bastante elástico para eu poder dizer o que segue.

"No quadro de Segurança Pública, a grande preocupação deste Deputado era salvaguardar a imagem do nosso Estado que entendia estava de uma forma gradual e sucessiva se descaracterizando, se desfigurando ante o quadro da Segurança Pública. E assim o fizemos, e assim procuramos levar ao conhecimento do Governador do Estado, do Secretário de Segurança que, prontamente sensibilizado, prometeu já desenvolver alguns esforços no sentido de reverter este quadro, reverter este quadro. O fruto disso tudo, indiscutivelmente, são os baixos salários do nosso soldado, não justificando que, como tal, ele vá assaltar e roubar como disse anteriormente no seu mesmo aparte. Mas o soldado está cansado, está exausto, o efetivo está reduzido e, como tal, exige um esforço enorme dele, e aí está a causa, a razão da sua evasão à procura de outros lugares.

O Governo do Estado - repito - está bem sensibilizado, está estudando e prometeu desenvolver alguma coisa no sentido de reverter este quadro no que diz respeito à desativação dos módulos policiais, o que causou um impacto grande dentro da sociedade. E sensibilizado também declarou, que o próprio Comando Geral teria tornado público, num programa, que os módulos iam ser desativados. O Governo, sensibilizado, retoma, dá uma justificativa, e tenho certeza, Deputado Algaci Túlio, os nossos Pares e nossa comunidade, que vão por certo nos ouvir através dos órgãos de comunicação. Solicitamos providências urgentes, e tenho certeza que elas virão dentro em breve e o Governo irá com a sensibilidade que lhe é peculiar, tomar as providências necessárias.

Eu me somo a você, companheiro. A sua preocupação é indiscutível. E foi em função disso que nós nos pronunciamos também na tribuna desta Casa e através de alguns órgãos de comunicação.

Obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Raul Lopes. Não querendo atrapalhar a leitura do jornal do Deputado Nilton Barbosa, que havia me aparteado, estou lhe concedendo o aparte, Deputado.

O Sr. Nilton Barbosa - Eu agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede.

O SR. ALGACI TÚLIO - O seu aparte contribuiu para o meu pronunciamento.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Justiça também. E vai se aplicar onde a Justiça? E de que forma vai se aplicar na Justiça? Estruturando o quê? Não se sabe, pelos menos até agora, espero que o companheiro Deputado Caíto Quintana, que ingressa neste momento neste Plenário, tenha

trazido as informações pois eu e, tenho certeza, os demais Parlamentares, queremos saber a maneira como serão aplicadas estas verbas.

Repetimos, todas as áreas são carentes, são áreas que precisam de investimentos. Mas esta Casa precisa saber o que vai ser feito com este dinheiro. Esta Casa precisa saber se vale a pena aumentar a dívida interna do Estado. Não vamos esquecer que vivemos hoje dentro de uma crise impressionante que ameaça afogar todo o povo brasileiro. Autorizações como estas, não vamos querer nos enganar, evidentemente aumentam a dívida do País. Agora, se vale a pena, então vamos autorizá-las, vamos dar os instrumentos necessários para que possa o Governador administrar o Estado à altura, beneficiando a todos igualmente e não uma minoria com sacrifícios de uma maioria.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, dissemos na primeira discussão que achávamos discutível a questão da constitucionalidade deste projeto, e continuamos com esta dúvida, porque vejam, Vossas Excelências, existem normas estabelecidas pelas autoridades monetárias deste País, pelo Banco Central. E será que estas normas serão atendidas dentro da aprovação desta mensagem, deste projeto? As dúvidas que eu tenho são grandes e vamos aprovar um projeto duvidoso, não quanto à sua necessidade, repito mais uma vez, Educação, Saúde e Segurança, tudo isto é necessário, nós sabemos, mas, será que estamos autorizando alguma coisa legal sem ferir a questão das normas estabelecidas pelas autoridades monetárias? Corremos o risco de aprovar um projeto cujas consequências poderão cair amanhã sobre esta Casa; inclusive somos nós que aprovamos as leis. O nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira apresenta uma emenda visando corrigir esta distorção e este perigo de se dar instrumentos ao Executivo de forma tão livre e ampla. A sua emenda diz "estabelecidas condições para contratação de empréstimos, substitua-se o art. 4º pela seguinte redação, remunerando-se os demais artigos: Art. 4º: as condições para contratação dos empréstimos e para a prestação de fiança e aval obedecerão às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias e as exigências dos órgãos encarregados pela política econômica da União, especialmente no que se refere a taxas adicionais e comissões e intermediações".

E justifica o nobre Líder do PDS a inclusão deste dispositivo no corpo do presente Projeto de Lei, dizendo: "Justifica-se pela necessidade de se coibir eventuais pagamentos de comissões de agentes, de intermediação de operações de crédito, evitando-se desta forma a repetição de pa-

gamento de onerosos encargos efetuados durante a Administração anterior".

Portanto, Senhores Deputados, esta emenda ... espero que ela receba o acolhimento de Vossas Excelências.

Há também a emenda do Deputado Pedro Tonelli, que altera a redação e acrescenta inciso ao Art. 1.º. O Art. 1.º passa a vigorar com a seguinte redação no item 4.º: "reforma agrária e obras de infra-estrutura". E justifica o Líder do PT nesta Casa, dizendo que "é do conhecimento de todos o abandono em que se encontram os assentamentos do Estado do Paraná. É necessário que o Governo do Estado demonstre a sua preocupação em fazer prosperar o plano de Reforma Agrária, tão necessário para o desenvolvimento do País. O Governo tem que empenhar esforços em dar condições de infra-estrutura, de apoio aos assentamentos do Estado do Paraná. Sem isso, a Reforma Agrária será um fracasso que só servirá de arma para que os reacionários, tão em moda atualmente no País, proclamem que ela não deva ser feita".

Outra emenda importante, porque quando se fala em Reforma Agrária, diz também respeito à segurança. Nós não queremos ver mais a polícia sendo instrumento de violência contra os trabalhadores, não queremos ver as tropas de choque da Polícia, sendo usadas contra esta gente sofrida do campo, e também queremos amenizar um pouco este problema da área de segurança. Há necessidade de se coibir eventuais pagamentos de comissões a agentes de intermediações, de operações de crédito. É imperativo que tal se imponha para que seja resguardada a responsabilidade desta Casa.

Repetimos, Srs. Deputados, não querendo cansá-los. Vou encerrar em seguida o meu pronunciamento, a minha discussão, respeitando a cada um dos senhores, a posição de cada um dos senhores, mas com o direito que tenho, como Parlamentar desta Casa, de usar esta tribuna e, dentro do Regimento Interno, o espaço que me é concedido.

Repito o que já dissemos em primeira discussão: que se aprovarmos esta matéria, estaremos abrindo mão de nossas já escassas prerrogativas, isto porque o Governo vai ter poderes para prestar aval, fiança ou qualquer outra garantia, até os valores previstos, sem dar satisfação a esta Casa.

Repito mais uma vez. Longe de mim assacar aqui, desta tribuna, qualquer desconfiança a Sua Excelência o Sr. Governador Álvaro Dias. Tenho certeza que ele tem bons propósitos na aplicação desse dinheiro, mas, mais uma vez, reafirmo a minha preocupação pela falta de um melhor detalhamento junto a esta mensagem, como outras tantas que já aprovamos nesta Casa. Se isto não diminui o Poder Legislativo,

quando passamos todas essas prerrogativas ao poder Executivo, então na verdade eu não entendo mais nada. Mas a maioria desta Casa é do PMDB, sabemos que o projeto será aprovado, mas fica aqui o nosso alerta. Fatos como os que aqui levantamos há pouco e que, seguramente, provocaram até reações por parte do Deputado do PMDB, é que nos levam a votar, evidentemente, sabendo do interesse dessa matéria, da necessidade desses recursos, nós estaremos votando favoravelmente ao projeto. Não seria diferente. Já deixei claro isso na primeira discussão, só que passo essas ressalvas, Deputado Caíto Quintana, aguardando que Vossa Excelência, talvez, ocupando a tribuna, nos esclareça o detalhamento desse projeto, ou quem sabe, no aparte que lhe concedo neste momento, com muito prazer.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado Algaci

Túlio, tenho por hábito, e Vossa Excelência tem conhecimento disso, que funcionamos aqui como se tivéssemos um julgamento de uma questão. Eu acho que a aprovação de um projeto não é nada mais nada menos do que o julgamento desta Casa a um pedido, como se faz no Tribunal do Júri. Se houve acusação, para conhecer as suas dúvidas, com serenidade, reconhecendo o direito das Oposições, do posicionamento, para depois podermos dar a resposta em cima das dúvidas que a Oposição porventura levantar.

Eu entendo a posição de Vossa Excelência e dos demais parlamentares. Eu ouvi Vossa Excelência citar a emenda do Deputado Luiz Alberto Oliveira, a respeito de intermediações. Deputado, em primeiro plano, essa emenda se torna totalmente inócua no meu ponto de vista, para este projeto, porque esse é um projeto de empréstimo interno com o FAS.

Eu me permitiria citar a Vossa Excelência a Resolução n. 93, do Senado Federal. Ela diz claramente em seu artigo segundo, as normas para este tipo de financiamento, dizendo que os limites fixados no Art. 2.º da Resolução n.º 62, de 1975, não se aplicam às operações de crédito contratadas pelos Estados e Municípios com recursos provenientes do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano - o FNDU, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Social - FAS e do Banco Nacional de Habitação - BNH.

E no seu parágrafo único, veja bem, acho que aí entramos no mérito da questão, está dito que o pedido de alteração para as operações de crédito previsto neste artigo, será submetido pelo Presidente da República à deliberação do Senado Federal, devidamente instruído com o parecer do CMN.

Assim, nobre Deputado, além de não

existir intermediação alguma, porque é um empréstimo interno com o FAS, o Senado Federal terá que aprovar com o parecer do Presidente da República e do CMN, os pedidos que o Governo do Estado irá definir para estes recursos que está pedindo.

Trata-se, nobre Deputado, de uma autorização deste Legislativo para que o Governo do Estado possa fazer a sua programação, tendo a autorização do Legislativo, e encaminhar ao Senado Federal.

Apenas para não prolongar o meu aparte, faremos, conforme o prometido, uma explanação a Vossa Excelência e a esta Casa, a respeito desse pronunciamento.

Eu vejo a preocupação de Vossa Excelência e de outros Parlamentares com respeito aonde vão ser aplicados estes recursos. Será que está definido? No Governo, nobre Deputado, há um casamento total entre aquilo que se pede e os orçamentos apresentados, de modo que este pedido de financiamento que estamos votando no dia de hoje, tem profunda vinculação com o Orçamento Plurianual de Investimentos, que já está nesta Casa.

Se Vossa Excelência se detiver, por exemplo, para a página 208 do Programa Plurianual de Investimentos, Vossa Excelência vai encontrar que para a Segurança Pública há uma dotação de verba do Tesouro e uma dotação de verba vinculada no valor de Cz\$ 11 milhões e 100 mil destinados à construção e equipamentos para a Segurança Pública.

Vossa Excelência vai encontrar, logo abaixo, o Programa de Investimento para a Região Metropolitana de Curitiba - PERMIC, que também são recursos oriundos desse empréstimo, pois são recursos vinculados, não são recursos do Tesouro.

Se nós contemplarmos no que diz respeito ao Fundo Penitenciário, outra colocação que foi levantada aqui, será que vamos ou não construir presídios?

Nós vamos encontrar no Anexo 2, no que se refere à Justiça, na sua página 183, que nós temos recursos vinculados na ordem de Cz\$ 404 milhões, 178 mil destinados às edificações e equipamentos para o complexo penitenciário.

Estes recursos vinculados são exatamente os recursos que o Governo está pleiteando com esse financiamento junto ao FAS para fins específicos porque a própria mensagem nos mostra, é claro, que estes recursos serão destinados à Segurança Pública, à Habitação, a programas de PERMIC e outros mais, relacionados na própria mensagem.

Eu pretendo fazer esta colocação, mas não queria deixar em branco as suas indagações, como também emenda proposta pelo Deputado Pedro Tonelli, nesse recurso do FAS.

O Governo do Estado não pode incluir empréstimo para a desapropriação de áreas para efeito de Reforma Agrária, não porque não queira, mas porque não é específico para esta área o recurso determinado pelo FAS.

Então, vamos encontrar, e Vossa Excelência - tenho certeza, haverá de perceber na colocação que haveremos de fazer, com calma, no questionamento a todos estes fatores levantados, de que o pedido do Governo está estribado no Orçamento Plurianual e estará profundamente detalhado no Orçamento para 1988, que nós também estudaremos nesta Casa. E trata-se, nobre Deputado, de uma autorização necessária para poder começar a negociação com o Plano Federal, passando pelo Congresso Nacional, pelo Presidente da República e pelo Fundo Monetário Internacional.

Agradeço o aparte, acho que é muito confuso, porque o mais importante é fazermos um detalhamento completo, com seguimento de pensamento, para podermos elucidar as dúvidas que por ventura existam, nesta grande necessidade de termos de conhecer, realmente, como Vossa Excelência está querendo fazer, as razões pela qual o Governo fará este empréstimo.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Caíto Quintana.

Que bom, se este detalhamento que me fez o nobre Deputado, meio assim rapidamente, pudesse ter sido feito antes, até mesmo de este projeto entrar em discussão, para que nós aqui tivéssemos a consciência tranqüila daquilo quanto ao com que realmente concordamos. É essa a minha preocupação, não com relação - não há dúvida - de que o Governo Álvaro Dias ou seus secretários possam até desviar o dinheiro para outras finalidades que não sejam essas aqui colocadas nesta mensagem.

Quero deixar bem claro, que em momento algum estou tentando obstruir um processo de tamanha importância, em especial no que diz respeito a este Parlamentar, que é a Região Metropolitana. De maneira nenhuma estou tentando colocar obstáculos à sua aprovação, apenas estou chamando a atenção para que nós, Parlamentares, em especial da Oposição, possamos votar conscientes, dentro daquilo que possa detalhar este tipo de mensagem.

Concedo o aparte ao Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca - Deputado Algaci Túlio. Vossa Excelência, com seu questionamento a propósito deste empréstimo, faz o papel de Deputado, não o Deputado do Partido do Governo ou da oposição, mas o Deputado do Paraná.

É claro que não podemos ser contrários às propostas de recursos para a geração de programas de Governo, para o Estado. Temos uma orientação no nosso Partido, que é da Social Democracia Alemã, que é de ser a Oposição também participante do Governo e responsável pelos atos do Governo.

De maneira que vi, com muita estranheza, nesta manhã, algumas aleivosias levantadas contra sua pessoa, e algumas até beirando a casa do insulto, quando Vossa Excelência faz o papel exato do Deputado da Oposição. Deputado da Oposição não, do Deputado paranista, do Deputado pelo Paraná.

Eu imagino que esta Casa precisa, no interesse da democracia, começar a compreender que o diálogo com o poder constituído, que o diálogo com o palácio, que o diálogo com os príncipes instituídos no poder, ele só esclarece a democracia e só ajuda o Paraná. Por exemplo, quando Vossa Excelência indaga sobre as verbas de Segurança Pública, há um requerimento sobre a mesa, das Oposições, pedindo a assinatura da maioria do PMDB, para que o Secretário de Segurança Pública concorde em vir à Assembléia, fazer uma explanação sobre a situação da Segurança Pública no Estado. Eu não vejo porque o Secretário de Segurança Pública se sinta desprestigiado ou com uma aura de desconfiança, a partir do momento em que ele é chamado a vir conversar conosco.

Afinal de contas, fomos eleitos para representar as ansiedades e as perplexidades do povo, e as nossas indagações não são necessariamente indagações de desconfiança à idoneidade dos Secretários de Estado. As nossas indagações são sempre as indagações do povo.

Deputado Algaci Túlio, a propósito de nós discutirmos verbas de Segurança Pública, verbas de Habitação, verbas de Saneamento, verbas para Habitação Popular, nós não estamos fazendo mais do que a nossa obrigação. Aliás, fala-se no Brasil em Parlamentarismo; há uma moção no Congresso Constituinte pelo Parlamentarismo. É preciso melhorar a qualidade dos parlamentares, a qualidade do Parlamento, para viabilizar esse Parlamentarismo.

Que parlamentarismo teremos, com os Parlamentares subservientes? Que Parlamentarismo teremos com a Assembléia sempre controlada como se fosse uma classe de colegiais, disposta a se dobrar diante da professora, com medo de carão. Que Parlamentarismo teremos?

O SR. NILTON BARBOSA - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela ordem, está Vossa Excelência com a pa-

lavra.

O SR. NILTON BARBOSA - O nobre Deputado Rafael Greca, comenta sobre a situação do Estado e fala sobre Parlamentarismo. E questiona ele, o Deputado que está na Tribuna, Algaci Túlio, que parlamentarismo é esse com parlamentares de tal tipo, de tal tipo e de tal tipo. Mas Vossa Excelência, do Partido do qual faz parte o Deputado que está na tribuna, deve indagar a ele, como é que está ele no Parlamento, com processos, etc, etc,

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está Vossa Excelência com a palavra. Pela Ordem.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - O ilustre Deputado Nilton Barbosa, interrompe o aparte que foi concedido ao Deputado Rafael Greca, de maneira frontalmente contrária ao Regimento da Casa. Não podia tomar o pedido de palavra, Pela Ordem, do ilustre Deputado.

O SR. NILTON BARBOSA - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. NILTON BARBOSA - Já que se fala em parlamentarismo, eu questiono indagando a quem está na tribuna?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, me parece que nós temos um Regimento Interno que trata exatamente nos desvios que algum Deputado venha a cometer. Se existe Deputado nesta Casa que cometeu ou que está cometendo qualquer tipo de desvio, a representação contra o Parlamentar deve ser feita por escrito, para que esta Casa venha a julgar as ações dos Parlamentares. Eu, apesar de ser um companheiro do meu partido, e é um Deputado que eu respeito, o Deputado Nilton Barbosa, não deve ser esse o procedimento que se tenha com os colegas deste Parlamento.

Esta Casa não pode vir aqui para discutir questões de ordem pessoal, de somenos importância no nosso Estado. Portanto, fica registrado aqui a minha ponderação para que esta Casa discuta acima de tudo os interesses mais altivos, mais nobres do

povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência defere e mantém a palavra ao Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. RAFAEL GRECA - Questão de ordem, Senhor Presidente. Eu tinha o aparte e peço que me seja assegurado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Com a palavra, então o Senhor Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca- A serena possibilidade dá uma contribuição ao Deputado Algaci Túlio a esta Casa e ao Paraná, no sentido de que nós estamos discutindo uma matéria técnica, pertinente a empréstimos que o Governo do Estado pretende contrair, e pertinente ao futuro do Estado. Parece-me, que o Deputado Algaci Túlio, com a concordância da ilustre bancada do PMDB, foi digna e convenientemente resguardado nas suas imunidades parlamentares, por recente deliberação desta Assembléia, sendo pertencentes ao terreno da impertinência qualquer aleivosia ou referência a processos judiciais que lhe tenham sido movidos e que eu reputo como injustos.

Deputado Algaci Túlio, o Parlamentarismo ou o presidencialismo, enfim o sistema de governo melhor para o Brasil, vai surgir melhor ou vai surgir com mais qualidade a partir de intervenções como a sua.

O Parlamento não pode ser subserviente. A maioria partidária não quer dizer necessariamente a absoluta concordância. O mundo é a convivência dos contrários. A verdade deve ser buscada pela convivência dos contrários. Não se pode pretender que a Assembléia Legislativa do Paraná fique completamente emasculada, fique completamente restrita a um coro celestial que proclama um amém a cada uma das invocações, a cada um dos exórdios que proponha o Partido do poder.

O SR. NESTOR BAPTISTA -(Pela Ordem)- Eu tenho observado, Senhor Presidente, as provocações do Deputado Rafael Greca, e a Bancada do PMDB, vai responder à altura ao Deputado Rafael Greca. Se tem conhecimento de uma Bancada emasculada, meu nobre Deputado, Vossa Excelência vai responder pela provocação. Nós vamos jogar da mesma maneira. Senhor Presidente, a bancada do PMDB não é subserviente, não tem compromisso a não ser com a população do Paraná. Senhor Presidente, o assunto em discussão está sendo totalmente desviado, desvirtuado por aqueles que se acostumaram a ser capacho de um passado, bem diferente dos

componentes da Bancada do PMDB, e se o Deputado Rafael Greca reiterar o desrespeito à Bancada do PMDB, nós vamos jogar pesado da mesma maneira, e até com falta de respeito se for o caso, porque a Bancada do PMDB não está subserviente, não é capacho como foi Vossa Excelência, do PDS, do Prefeito corrupto Jaime Lerner. Nós temos prova de corrupção, da sua subserviência na Câmara Municipal, do uso indevido do dinheiro da Câmara Municipal, dinheiro do povo que Vossa Excelência usou. A Bancada do PMDB não vai se calar.

(Conversas paralelas).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O Sr. Basílio Zanusso- O Deputado Nestor Baptista está fazendo, ao arreo do Regimento um discurso paralelo, infundado. (Discussões Paralelas).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Continua com a palavra o Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O Sr. Basílio Zanusso- Para dizer apenas, Senhor Presidente, ao dono da verdade, Deputado Nestor Baptista, ele que se contenha. O Senhor tem ... (Discussões paralelas).

O Senhor tem muitas oportunidades para falar sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Com a palavra, continua o Orador Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Não pretendia este Parlamentar ao subir à tribuna e discutir uma matéria tão importante, que ela fosse desviada, nobre Deputado Nestor Baptista. Foi por iniciativa de companheiros de sua própria Bancada que foi iniciada toda essa confusão neste Plenário nesta manhã de quinta-feira. Subi a esta tribuna nos cinco minutos iniciais para falar de segurança, para dizer verdades, não mentiras e nem brincadeiras. E subi a essa tribuna para discutir uma mensagem importante e não para discutir a vida pessoal do Deputado Nilton Barbosa. Não me interessa saber se Vossa Excelência é traficante de bebê ou não, não interessa saber Deputado. Não me interessa saber a vida de nenhum dos Senhores Parlamentares. Agora, a minha vida é uma vida aberta, nunca escondi isso a ninguém.

O Sr. Nilton Barbosa - Senhor Presidente, Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela

ordem, solicito ao orador que invoque o artigo que está sendo infringido.

O Sr. Nilton Barbosa - Artigo 72, do Regimento Interno.

Senhor Presidente eu não admito que o Parlamentar que está na Tribuna, com 13 processos, com duas condenações e que não está na cadeia hoje, porque o povo de Curitiba não soube escolher...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) -

(TÍMPANOS).

(TUMULTO).

Esta Presidência informa que não procede a Questão de Ordem.

Está suspensa por cinco minutos a presente Sessão.

(SUSPENSA A SESSÃO).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está reaberta a Sessão.

Continua com a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio, por mais 11 minutos.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero lamentar profundamente os incidentes que aconteceram nesta Casa e dizer mais uma vez que a minha vinda a esta tribuna não foi para vir aqui acusar ninguém, para levantar a vida pessoal de nenhum dos Senhores Parlamentares e quero já antecipar, me permita, Senhor Presidente, me inscrever no Grande Expediente, porque na semana que vem, eu quero ter o prazer de esclarecer a esta Casa, meus dez, doze, treze, quinze, já perdi até a conta, dos processos que a velha República me aplicou e que a nova também me aplicou e quero que o Deputado Nilton Barbosa, me dê o prazer de estar sentado neste Plenário, acompanhando o meu relato sobre os processos, porque nada tenho a esconder e tenho feito isso abertamente em meus programas de rádio e televisão. Não tenho nada a esconder, nada, absolutamente nada. Se fosse um irresponsável, se fosse um devedor perante a lei, 33 mil eleitores não me trariam para esta Casa e não quero me aprofundar, aceitando até recomendações de companheiros da bancada do PMDB, não quero aqui continuar este meu debate, respeitando o Deputado Domingos Scarpellini, que levantou também uma Questão de Ordem das mais importantes. Esta Casa aqui não foi feita para se vir discutir a vida pessoal de nenhum de nós. A população é que nos julga; é a justiça que faz o julgamento, não nós pessoalmente.

Só para complementar, vou dar o aparte ao Deputado Rafael Greca, para que ele complete o seu aparte, porque eu também devo me retirar, Senhor Presidente, não que esteja fugindo do debate, mas eu devo

acompanhar agora, às 12:00 horas, a Comissão de Ecologia que vai a Foz do Iguaçu, num trabalho muito importante para o Paraná, espero ir e contribuir para o Governo do PMDB também nesta ocasião.

Apenas para complementar, concedo o aparte ao Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca - A contratação, autorização de um empréstimo no valor de 10 milhões de OTNs, é uma matéria de importância técnica e como tal vem respaldada para esta Casa. Nós devemos nos ater a discussão orçamentária e nos devemos nos ater com seriedade. Hoje ainda a realidade institucional do País não dá aos Deputados uma intromissão direta no planejamento dos destinos financeiros do Estado. No entanto, não é assim que a população pensa. A população pensa que nós, Deputados, influímos nas determinações orçamentárias do Estado. Parece-me uma aspiração dos democratas e dos libertários.

Nesse sentido, Deputado Algaci Túlio, a sua discussão é absolutamente pertinente e está dentro da matéria do interesse público. Quanto aos defeitos pessoais de cada um dos Deputados que se têm mencionado nesta tribuna, são armas rasteiras que não interessam ao debate parlamentar. Vale lembrar que nós não fomos eleitos para o paraíso, fomos eleitos para o Parlamento; fora aqui o paraíso, e ninguém teria defeitos.

Com certeza se ganharmos a eleição, passar dessa vida terrena para o céu, nós teremos convívio mais prazeroso.

Deputado Algaci Túlio, eu agradeço a sua intervenção, em nome da consciência do Paraná, porque é muito importante o questionamento, inclusive eu acho que o questionamento serve ao partido do poder. E assim nos países civilizados.

Era isso.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Rafael Greca.

Quero então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, encerrar essa minha participação, respeitando a posição de cada um dos Senhores Parlamentares e respeitando antes e acima de tudo a vida pessoal de cada um dos Senhores. Mais uma vez eu repito aqui, os Senhores nunca verão este Parlamentar subir a esta Tribuna para assacar a vida pessoal de qualquer um dos Senhores, mas também não me furto e não acovardo em responder a cada uma daquelas acusações que forem assacadas contra a minha pessoa.

Para concluir, voto favoravelmente a este projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Sobre a Mesa, requerimento do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que requer após ouvido o Plenário, o encerramento da discussão do Projeto 219/87 com base no Regimento Interno. Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. APROVADO.

Em votação o Projeto de Lei n. 219/87, ressalvadas as emendas. Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. APROVADO.

Em votação a Emenda n. 1 do Deputado Luiz Alberto Oliveira. A emenda estabelece condições à contratação de empréstimo. (Lê):

"Substitua-se o art. 4º pela seguinte redação, reenumerando-se os demais artigos":

Art. 4º - "As condições para contratação dos empréstimos e para prestação de fiança e aval obedecerão às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias e as exigências dos órgãos encarregados pela política econômica da União, especialmente no que se refere a taxas adicionais e comissões de intermediação.

Sala das Sessões, em 24.09.87."

Está em votação a Emenda. Os Senhores Deputados que a aprovam permaneçam como estão.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. PAULO FURIATTI (Pela Ordem) - O Senhor colocou em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Eu coloquei em votação a Emenda.

Solicitou o Deputado para encaminhar a votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, muito obrigado, porque já se encerrou a requerimento, e por votação da Maioria, a discussão sobre o Projeto. Então, era possível que sobre a Emenda pelo menos uma palavrinha fosse permitida às Oposições que dissessem alguma coisa.

A emenda foi apresentada pelo ilustre Deputado Luiz Alberto Oliveira. Como ocorreram no Governo anterior dúvidas e discussões acaloradas nesta Casa acerca de comissões de empréstimos obtidos internos ou externos, a emenda do Deputado Luiz Alberto Oliveira não prejudica em nada a obtenção desses empréstimos pretendidos, apenas regula, acresce um artigo ou um parágrafo - não tenho a emenda - à proposta

do Senhor Governador, mas nenhum prejuízo ocorrerá na hipótese de sua aprovação a obtenção dos empréstimos pretendidos pelo Senhor Governador do Estado.

Por isso, o nosso voto é favorável à emenda apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está em votação a Emenda n. 1.

Os Senhores Deputados que a aprovam permaneçam como estão. Rejeitada.

Está em votação a Emenda n. 2 do Deputado Pedro Tonelli: "Alteração da redação e acrescenta um inciso ao art. 1º". Está em votação a Emenda n. 2.

O SR. PEDRO TONELLI - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Esta Emenda simplesmente acrescenta, como já foi defendida por mim nesta tribuna quando nós discutimos o projeto em 1.ª Discussão e, hoje, também na 2.ª Discussão, começamos a ter preocupação de que o Estado destine recursos para viabilizar a Reforma Agrária no Paraná. Então, além de Saúde, Educação, Segurança, também Reforma Agrária.

Eu queria também dizer mais: as preocupações que estamos trazendo aqui, não só do PT, mas de outros parlamentares desta Casa, são altamente procedentes. Eu tive a oportunidade de conhecer na semana passada um investimento jogado fora do governo do passado, trata-se da colônia Penal de Tamarana, um investimento de milhões de cruzados, que foram investidos e que nós estamos pagando e que não está servindo para nada para o Paraná, lá no interior do Município de Londrina.

Essa discussão e essa preocupação tem que passar e tem que ser aprofundada exatamente para nós zelarmos pelos interesses maiores da sociedade paranaense. E a sociedade paranaense precisa de comida, de casa, de saúde, de educação, de preços justos, de terras, de condições de trabalhar, de condições para viver. Com presídios, com investimentos que não serve para nada, nós não vamos resolver os problemas que afetam a sociedade paranaense.

Então, com base nisso, é que nós estamos apresentando esta emenda, e que esta emenda legalize uma necessidade deste Estado e que precisa ser viabilizada através dos recursos que também nos empréstimos elas terão que ser contempladas.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado, nobres Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em vo-

tação a Emenda n. 2 do Deputado Pedro Tonelli.

Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. REJEITADA.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu requeiro Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE - Esta Mesa...

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Antes que Vossa Excelência conceda o pedido, eu requeiro Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Solicito aos Senhores Deputados que permaneçam nos seus lugares para verificação.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à Chamada Nominal dos Senhores Deputados).

O SR. 1º SECRETÁRIO (Anibal Khury) - Trinta e sete Senhores Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE - Trinta e sete Senhores Deputados responderam a chamada, há quorum para deliberação.

A Mesa irá proceder à Verificação de Votação.

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda queiram levantar-se.

Os Senhores Deputados que rejeitam a Emenda queiram levantar-se.

Vinte e dois Senhores Deputados rejeitam.

Está rejeitada a Emenda.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 113/87, de autoria do Deputado Sabino Campos, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TUPASSI", com sede e foro no Município de Tupassí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 118/87, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, que declara de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BELA VISTA DO PARAÍSO", com sede e foro no Município de Bela Vista do Paraíso. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 163/87, de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE", com sede e foro no Município de Jesuítas. Com PARECER FAVORÁ-

VEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 41/87 (Mensagem n. 47/87, ex-Proposição n. 55/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova convênios celebrados em 13 de março de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios que especifica objetivando a execução de obras de Controle da Erosão Urbana. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 42/87, (Mensagem n. 49/87, ex-Proposição n. 56/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte e os Municípios e data que especifica, objetivando cessão de equipamentos esportivos, de acordo com o "Projeto de Polarização do Esporte", e ainda com o Município de Cornélio Procopio em 09/07/86, objetivando repasse de verba para implantação do "Projeto Futuro". Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 43/87, (Mensagem n. 52/87, ex-Proposição n. 57/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o convênio e seu termo aditivo, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, objetivando a implantação e operacionalização do Projeto que especifica o convênio celebrado entre as mesmas partes, objetivando proporcionar à Secretaria, condições para execução do "Projeto Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista da Região metropolitana de Curitiba". Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 44/87, (Mensagem n. 55/87, ex-Proposição n. 58/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social e os Municípios que especifica, objetivando a implantação do programa de Produção de Alimentos e Complementação Alimentar. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando a reinclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 53/87, que trata da implantação no magistério pa-

paranaense do Regime Diferenciado de Trabalho.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Vitório Manoel Bobato, ocorrido no dia 15 de setembro do corrente ano no Município de Imbituva. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo Jubileu de Prata do Hospital Bom Jesus do município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando voto de congratulações a empresa USIMIX - Serviços de Concretagem pela instalação e inauguração de sua mais nova filial, no Município de São José dos Pinhais. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência, solicitando a elaboração do Plano de Cargos e Carreira dos Servidores da Previdência. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, solicitando a estadualização da Fundação Faculdade Educação Ciências e Letras do Município de Irati. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Deputados e Senadores da Bancada paranaense no Congresso Nacional, solicitando apoio para aprovação do Plano de Cargos e Carreira dos Servidores da Previdência Social. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, com apoio dos Senhores Deputados Algaci Túlio, Antônio Belinati e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e ao Relator Geral da Comissão de Sistematização, e aos Deputados Federais e Senadores do Paraná, encarecendo a necessidade de que seja mantida a aposentadoria especial ao magistério, nos termos da Constituição vigente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Município de Siqueira Campos,

pela passagem do aniversário de emancipação política. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a implantação de uma política de fiscalização no controle do processo de industrialização de soros líquidos utilizados nos hospitais. Em votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, encarecendo a criação de um programa que vise a orientação do agricultor para se evitar o uso indiscriminado de fertilizantes. Em votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Prefeito do Município de Maringá, viabilizando estudos conjuntos no sentido de levantar os problemas de segurança pública no Município de Maringá. Em votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor do DER, por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes, reivindicando a construção de um redutor de velocidade na Rodovia BR-116, esquina com a Rua Governador Aga-

menon Magalhães. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Requeiro Verificação de Votação.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Requeiro Chamada Nominal.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Requeiro Chamada Nominal.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, eu desisto do pedido.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Eu mantenho o pedido de Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência defere o pedido e fará a Chamada Nominal.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Retiro o pedido.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Continuando.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Algaci Túlio, Pedro Tonelli, Basílio Zanusso e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o comparecimento do Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, perante o Plenário desta Casa, para prestar informações e esclarecimentos sobre a real situação da Segurança Pública no Estado. Em votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, encarecendo a instalação de um laboratório e uma biblioteca, no Colégio Estadual de Vila Alta, no Município de Umuarama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, pleiteando a ampliação da rede telefônica para o Distrito de Ivaté, no Município de Umuarama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Solicito Verificação de Votação.

Curitiba, quinta, em 24.09.87

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) A Mesa defere e irá fazer a Verificação de Votação.

Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se.

Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Nenhum Deputado Rejeita, cinco Aprovam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 219/87

e dos Projetos de Resolução de ns. 41/87 a 44/87

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 53/87

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 76/87

e dos Projetos de Lei n. 271/84, 124/87, 136/87.

Levanta-se a sessão.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 23.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 1987.
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Lindolfo Júnior.

Às onze horas e cinquenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gerente Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa,

Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto o Partido dos Trabalhadores se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Senhor Deputado Pedro Tonelli, Líder do seu Partido.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aristeu José de Jesus Krykowski, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR, desde o mês passado vem recebendo ameaças de morte. Na última semana foi atacado três vezes, uma no caminho de casa e as outras duas na sua própria casa, por elementos estranhos. Junto com ele estão sendo ameaçados também Nicácio Tratz, tesoureiro do STR e Roseli Eurik, Secretária do Sindicato. Além disso, o técnico da ACARPA Jairo Macedo, que presta assistência aos pequenos produtores rurais do Município, através da Associação de Hortifrutigranjeiros de Turvo, está ameaçado de demissão.

As causas das ameaças de morte dos sindicalistas e de demissão do técnico da ACARPA se devem, logicamente, ao trabalho sério e comprometido na defesa dos direitos dos pequenos produtores e dos trabalhadores daquele Município; à eficiente organização que o Sindicato vem fazendo aos trabalhadores rurais do Município do Turvo; à defesa e a organização dos trabalhadores sem-terra e a recente desapropriação de parte da Fazenda Marrecas, também naquele Município; e também à excelente mobilização e organização das mulheres trabalhadoras do Município do Turvo, certamente encaminhadas pelo Sindicato e pela sua representante na direção, a dona Roseli.

Isso tudo tem levado inclusive políticos da região, latifundiários, e outras lideranças locais a se insurgirem contra dirigentes sindicais e contra técnicos da

ACARPA, que não só lá, mas no Paraná inteiro, estão sendo ameaçados e perseguidos. Temos a certeza que a tentativa de calar essas lideranças significa impedir que os trabalhadores se organizem e passem a exigir os seus direitos e de agirem politicamente segundo as suas vontades e seus interesses.

Essa prática é conhecida e sempre foi utilizada pelos latifundiários reacionários e pelos políticos incompetentes e comprometidos com a classe patronal rural, hoje representados oficialmente pela União Democrática Ruralista.

Só no ano passado nós tivemos no Brasil 300 líderes sindicais, advogados, religiosos e lavradores assassinados. No Paraná, a prática de calar as lideranças pela morte ou através de ameaças, vem crescendo. Em dois anos tivemos o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu, Miguel Sávio, baleado por pistoleiros, tivemos mais cinco sindicalistas ameaçados de morte: Zeno Minuzzo, de Pérola do Oeste; Adelmo Escher, de Francisco Beltrão; Osmano Soares, de Pitanga; João Lacerda, de Reserva, e, recentemente, Antonio Scandolara, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Laranjeiras do Sul. Na semana passada, o advogado trabalhista e assessor do Sindicato do Sudoeste do Paraná, também foi ameaçado de morte.

Por isso, é hora das autoridades paranaenses olharem para esta realidade e agirem com mais rigor, para identificar e punir, principalmente os mandantes desses crimes e também agilizar o processo de Reforma Agrária e outras medidas que atendam as necessidades dos trabalhadores rurais, porque aí, sim, diminuirá a tão famigerada tensão social que existe no Estado do Paraná.

Repudiamos estes atos covardes de intimidação e de desarticulação das organizações dos trabalhadores, condenamos a pouca agilidade e coragem das autoridades estaduais em apurarem esses crimes. Os sindicalistas paranaenses e a Central Única dos Trabalhadores...

O Sr. Artagão Mattos Leão - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Se for possível, lhe concedo mais adiante.

Os sindicalistas paranaenses e a Central Única dos Trabalhadores esperam que as autoridades estaduais garantam, cada vez mais, o direito dos trabalhadores se organizarem, e de exercerem o direito de buscar o que necessitam para terem uma vida digna.

É bom registrar, também, que estamos verificando um alto grau de interpelação

na justiça, muitas vezes sem nenhum motivo, de lideranças sindicais, de lideranças populares, de qualquer liderança que toma iniciativa organizada, isto demonstra uma relação e uma tentativa de intimidar aquelas lideranças combativas que procuram soluções de maneira organizada, ciente, decidida planejada conjuntamente.

Na tarde de ontem, nós tivemos um contato com o Secretário de Segurança do Estado do Paraná. Ele nos prometeu, e vou acreditar que realmente as providências serão tomadas, as providências necessárias na região do Turvo, no Sudoeste do Paraná, onde neste momento estão sendo ameaçados lideranças e trabalhadores combativos. Então, vamos acreditar na segurança deste Estado e também eu acho que todos nós, homens públicos desta Casa, temos que também abrir a boca e nos posicionar contra tais atitudes arbitrárias, indesejáveis, e temos que também refutar mais uma vez, aqui na Tribuna desta Casa, as afirmações do Secretário de Estado da Agricultura, Senhor Osmar Dias, que na semana passada voltou a repetir de que não está havendo perseguição política na ACARPA do Paraná.

Estamos aí, mais uma vez, com um exemplo. Em Turvo, um técnico da ACARPA está ameaçado de perder o seu emprego. Aliás, e é bom que se diga que não é só lá que há essa ameaça.

Eu gostaria de deixar público que na semana passada um parlamentar ...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta presidência informa que seu tempo encontra-se esgotado, o Senhor tem 30 segundos para concluir.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado.

Na semana passada, um parlamentar que compõe esta Casa de Leis, teve a ousadia de confessar-me que ele estava querendo a cabeça desse técnico da ACARPA que estava prestando serviço em Turvo. Então, essa perseguição que existiu, continua.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, queria pedir escusas pelo pouco tempo, oportunamente eu concederei apartes.

No Grande Expediente, quero conceder apartes a todos os companheiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Concedo a palavra a Liderança do PFL. (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra a Liderança do PDT.

Com a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores deputados.

O Paraná e a sua população foi tomado

de surpresa, hoje, com a informação de que lamentavelmente policiais militares foram os autores do assalto ao ônibus da Sul-Americana, que fazia a linha Curitiba - Foz do Iguaçu, na última sexta-feira.

É lamentável, constatar-se que aqueles que são pagos para dar segurança a todos nós, de repente sejam aqueles que estão nos assaltando, violentando jovens, mulheres, crianças, estão roubando e transmitindo a insegurança neste Estado.

É lamentável ver a situação da Segurança Pública neste Estado do Paraná, em que pesem alguns recursos destinados pelo Governador a esta pasta. É lamentável vermos a atitude do Secretário de Estado da Segurança Pública acabando com os módulos policiais da Capital do Estado, sob a alegação de que serão reconstruídos futuramente. É lamentável que todo o dinheiro gasto, dinheiro do bolso do trabalhador, daquele que paga os impostos, tenha sido jogado fora porque agora aqueles módulos não servem mais, porque se pretende fazer novos módulos.

Isso tudo, Senhores Deputados, cria um clima de total insegurança nesta Cidade, onde o povo dos bairros não tem mais a quem recorrer porque o policial militar não está mais no módulo, porque o módulo não tem mais qualquer condição de dar atendimento à comunidade.

O Sr. Raul Lopes - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Na sequência, Deputado Raul Lopes.

É lamentável vermos a nossa Cidade neste quadro triste em que se encontra, onde o povo não tem segurança. E é mais lamentável ainda quando se sabe que aqueles que estão comandando assaltos nesta Cidade são homens pertencentes a nossa segurança.

E agora fica a indagação: Serão eles somente eles os culpados desta situação? Eu acho que não. E há muito se reivindica melhores condições salariais para os policiais, principalmente. E o que é que se vê? Muda Governo, muda Secretário, e nós não vemos nenhuma alteração neste sentido, a não ser o festival de fotografias na imprensa e imagens na televisão.

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. ALGACI TÚLIO - Na sequência, nobre Parlamentar.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Na sequência, eu tam-

bem concederei aparte a Vossa Excelência.

O que se vê são fotografias nos jornais, são entrevistas nas rádios e televisões...

O Sr. Nilton Barbosa - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Tenha calma, Parlamentar que todos terão espaço para falar. Se não houver espaço no meu Horário de Liderança, haverá espaço na Liderança do seu Partido, o PMDB.

Eu queria dizer, então, Senhores Parlamentares, que infelizmente esta Cidade, este Paraná, vive total clima de insegurança.

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado Algaci Túlio?

O SR. ALGACI TÚLIO - Com todo o prazer, nobre Deputado Nestor Baptista, na sequência, quando eu completar o meu raciocínio, caso contrário, não terei tempo. Além disso, me parece que a jogada estratégica de alguns Parlamentares da Situação não vai conseguir me tirar da minha linha de raciocínio...

O Sr. Nestor Baptista - Mas Vossa Excelência, democrático como é ...

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, peço que a palavra me seja assegurada. Ou será que estou dizendo uma mentira através desta Tribuna? Será que é mentira que o povo desta Cidade está inseguro? Será que é mentira que foram os policiais militares pagos com o dinheiro do povo que assaltaram o Ônibus da Sul-Americana, que violentaram uma criança...

O SR. NESTOR BAPTISTA - Vossa Excelência, democrático como é, deve conceder um aparte para que nós possamos conversar...

O SR. ALGACI TÚLIO - ..., que violentaram um passageiro, que roubaram.
Não vim aqui para brincadeiras, estou falando uma coisa que é verdade.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para restabelecer até a tranquilidade em Plenário. Dá a impressão que, pela palavra do Deputado Algaci Túlio, que se tenta defender os estupradores, os assaltantes. Estamos apenas solicitando o aparte, democraticamente, ao nobre Deputado para que possamos até esclarecer o assunto e ajudá-lo, se for o caso. Agora dá a impressão que o Deputado quer dizer que a Bancada do PMDB, ou que o

Governo do PMDB, defende os assaltantes, estupradores. Por isso, estamos solicitando o aparte a Sua Excelência. Nada mais do que isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência mantém a palavra com o nobre Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, eu espero que me seja concedido pelo menos mais um minuto pela interferência do Deputado Nestor Baptista, que terá 8 minutos e meio no Horário da Liderança do PMDB para falar e completar o meu raciocínio.

Mas queria dizer, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nós lamentamos essa situação. Não é de hoje que este Parlamentar, o Parlamentar Luiz Carlos Alborghetti, e aqueles que lidam com a comunicação, em especial na área da segurança, reivindicarem melhorias para os policiais, para que nós possamos ter realmente...

O Sr. Nilton Barbosa - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - ... policiais à altura, policiais que possam realmente transmitir a segurança a este povo. E nós queremos dizer, a bem da verdade, que não está em jogo o nome da Polícia Militar, nem o nome da Polícia Civil.

O Sr. Nilton Barbosa - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - ... apenas estamos aqui querendo colocar o nosso posicionamento e fazê-lo reviver, nesta Casa, pela Comissão de Segurança Pública.

Foram feitos requerimentos a Sua Excelência, o Governador para que desse atendimento a policiais que foram concursados e que estão à espera de uma vaga na Secretaria de Estado da Segurança Pública. Queremos alertar a esta Casa da necessidade que temos...

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - A situação está desagradável. Eu gostaria que a Mesa recomendasse a todos os componentes desta Casa, para ouvir o posicionamento do Parlamentar que ocupa a tribuna como nós também saberemos ouvir, no seu horário, do PMDB, o PL, o PDS. Eu solicitaria à Mesa...

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) - A intervenção do Deputado tem que ser fundamentado no Regimento Interno. Ele não a fundamentou, não é questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Continua com a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu lamento, Senhor Presidente, que estejamos aqui para fazer um trabalho sério e alguns Parlamentares mais afoitos, levados por um clima, quem sabe, de histerismo, tentem apelar, quando vim a esta Casa para discutir um assunto sério, que é a segurança do Estado do Paraná. Citei no início do meu pronunciamento que, em que pese alguns recursos destinados pelo Governo do Estado a esta área, ela ainda é carente. Eu acho que é de conhecimento de toda a Bancada do PMDB que não está em jogo aqui a minha vida particular, que sempre foi aberta, nunca escondi nada a ninguém, mas está em jogo...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- A Presidência concede a Vossa Excelência mais 30 segundos a título de que possa finalizar.

O SR. ALGACI TÚLIO- ... não está em jogo a minha vida particular, pois nunca neguei nada a ninguém, nunca escondi nada a ninguém, sempre fui um livro aberto, mas está em jogo a vida de milhares e milhares de curitibanos e paranaenses, famílias como a do próprio Deputado que me aparteu e foi infeliz no seu aparte, na sua questão de ordem. Está em jogo o Paraná, a segurança do povo desta Cidade, das crianças, de adultos, não é a minha vida particular e parlamentar, é a segurança do povo do Paraná e por isso subo a esta tribuna para fazer a cobrança, chamar a atenção e pedir ao Senhor Governador mais recursos para que a Polícia Civil e a Polícia Militar, possam dar segurança ao povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulto a liderança do PTB se fará uso da palavra.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL se fará uso da palavra.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Com a palavra o Senhor Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Fará uso da palavra, o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, por 8 minutos e 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Com a palavra, o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, eu peço para iniciar o meu raciocínio.

O Sr. Nestor Baptista- Deputado Luiz Carlos Alborghetti, eu só me inscreveria para um aparte, na sequência.

O Sr. Raul Lopes- Deputado Luiz Carlos Alborghetti, eu também gostaria de me inscrever.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Com base na minha vivência como repórter policial no Estado do Paraná, concordo em parte com as afirmações do Deputado Algaci Túlio e discordo em parte. O que está fazendo o Secretário Antônio Lopes de Noronha em 4 meses de trabalho não fez o outro em 4 anos de Governo. O crime de Loanda foi solucionado, pela brilhante polícia do COPE do Paraná. A quadrilha formada por policiais militares foi desbaratada ontem pelo COPE do Paraná. Foi desbaratada ontem, faltando apenas o chefe da quadrilha, o Bonfim, que inclusive ameaça a imprensa de morte, ameaça os passageiros dos ônibus que eles assaltaram, quando cometeram uma série de barbaridades, uma série de desmandos. Eu venho a esta tribuna e vou conceder apartes não para falar a respeito disso. O que eu quero falar aqui é sério, mas antes concederei o aparte ao Deputado Nestor Baptista.

O Sr. Nestor Baptista- Deputado Luiz Carlos Alborghetti, nós apenas solicitamos o aparte porque é o que gostaríamos de ter feito ao Deputado Algaci Túlio, quando ocupava a tribuna, para argumentar até com números. O Deputado Raul Lopes tem aqui os números da Segurança, de que, nos últimos 8, 10 anos, no Paraná, nunca houve um índice tão baixo de criminalidade. O ideal seria que tivéssemos criminalidade zero, mas como, no atual período? E este era o aparte que gostaria de fazer e já que Vossa Excelência também detém o número de ocorrências policiais, e esses números são manuseados diariamente por Vossa Excelência e também pelo Deputado Algaci Túlio, gostaria que a nossa comunidade, através de Vossa Excelência, disso tomasse conhecimento.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Concedo aparte ao Deputado Raul Lopes.

O Sr. Raul Lopes- Muito obrigado Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Também era para lastimar os incidentes que ocorreram nesses últimos dias na área policial. Mas, em parte, podemos dizer que graças a Deus, foram tomadas as providências e consegui-

mos descobrir quem estava à frente deste quadro, denegrindo todo o sistema de segurança pública. No que diz respeito à preocupação do Deputado Algaci Túlio, quero dizer que a preocupação é de todos nós, em especial de todos os integrantes desta Casa, já fizemos algumas observações a respeito. Há poucos instantes estivemos em reunião com o Governador do Estado que, sensibilizando, passou a esboçar algumas responsabilidades. Mas é de lamentar que alguns policiais militares declararam que tudo isto ocorreu em vista dos baixos vencimentos. Isto justifica o ocorrido, porque se nós compararmos, veremos que o nosso trabalhador também ganha muito mal e como tal, não sai por aí a tentar desenvolver algumas ações agressivas contra a sociedade, contra a comunidade.

Os resultados serão responsabilizados, e quero, neste momento, dizer ao companheiro que eu concordo com essa maneira de se preocupar com a desativação dos módulos, mas a justificativa foi dada ao Secretário e ao Governador do Estado, definindo-se a causa, a razão, o motivo de tal medida. Tenho certeza que essa situação vai ser restabelecida e nós iremos devolver à comunidade, a tranqüilidade que ela necessita e precisa.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - A única coisa que eu não concordo nesse Estado é que um soldado da Polícia Militar ganhe CZ\$ 5 mil, enquanto o soldado da Polícia Militar do Estado do Mato Grosso, como Vossa Excelência sabe, ganha o triplo. Um soldado da Polícia Militar de São Paulo, ganha o triplo também. Eu acho que temos que sentar, analisar e ver realmente as necessidades da Polícia Militar do Estado do Paraná. Não é admissível, Deputado Raul Lopes, não é admissível Deputado Algaci Túlio, com todo respeito que eu tenho aos Parlamentares desta Casa, não é admissível que uma pessoa que ganhe CZ\$ 5 mil por mês, tenha o direito de pegar em armas e sair assaltando, matando e violentando a família do meu Estado.

Nós temos que sentar. Conversei com o Governador Álvaro Dias, o meu Governador, a quem eu respeito; é meu irmão, defendo esse Governador porque ele está tentando, de todas as maneiras, solucionar os problemas que ocorrem e digo ao ilustre Deputado Algaci Túlio, vi ontem ele pegar o telefone, preocupado com a situação e falar com o Secretário Antônio Lopes de Noronha. Vamos tomar providências, vamos sentar, analisar, discutir e ver o que podemos fazer em termos de segurança pública.

Não adianta só viatura, não adianta só

módulos policiais. Nós precisamos dar condições, temos que criar cooperativas para os policiais, dar armamentos para os policiais, nós temos que dar casas populares aos policiais, um salário condigno à classe.

Mas, eu venho a esta tribuna, exigir e pedir à Comissão de Segurança que se reúna, porque ontem eu entreguei um ofício ao Governador do Estado do Paraná. A água já explodiu, já ultrapassou a minha cabeça. Tudo aquilo que eu tenho pedido ao Coronel da Polícia Militar do Paraná, o Senhor Wantuil Borges, ele não tem atendido. Inclusive, ontem chegava ao meu gabinete uma senhora chorando, porque foi transferido da Cidade de Londrina, um jovem da polícia rodoviária que está cursando uma Faculdade de Direito, estava trabalhando e foi transferido para a Cidade de Curitiba. Mandeí que a esposa fosse lá falar com o comando. Chegou lá e foi maltratada por determinados senhores da Polícia Militar, gozaram do Governador Álvaro Dias; disseram que o Governador não manda na Polícia Militar do Paraná; que político nenhum manda na Polícia Militar do Paraná. Então, eu não vou admitir isso contra o Governador Álvaro Dias; não vou admitir isso contra a Comissão de Segurança Pública desta Casa, porque aqui ninguém é moleque, ninguém é cafajeste; ninguém está aqui para brincar e a Comissão de Segurança deve ser respeitada. Tem que ser respeitada. O meu problema não é Partido Político. O meu problema aqui são ideais e eu exijo respeito. Fui ao Governador e levei o meu ofício, levei as declarações desta senhora e exijo que este comandante respeite nesta Casa de Leis, respeite a Comissão de Segurança Pública nesta Casa. Não posso admitir que se brinque com o nome de um Governador sério, de um Governador honrado, de um Governador que não é moleque, não é palhaço, entende? Álvaro Dias não é moleque. É um Governador sério, é um Governador que está implantando a moralização no Estado e eu não admito que se brinque com o nome do Governador. Não admito que se brinque com o nome da Comissão de Segurança Pública desta Casa. Não admito que se brinque com o meu nome, com o nome do Deputado Alexandre Ceranto, do Deputado Sabino Campos, do ilustre Deputado Raul Lopes, do ilustre Deputado Algaci Túlio, do ilustre Deputado Antônio Costenaro Neto, do ilustre Deputado Domingos Scarpellini, que estão nesta luta comigo. Não admito de ninguém, de ninguém. Exijo respeito.

Eu acho que nós devemos ser atendidos, temos que ser atendidos. Porque, olha gente, faz quatro meses que eu mando reivindicações, não sou atendido em nada. Estou sendo desrespeitado. Sou "carrapicho" de polícia com muito orgulho. Dormi em plan-

tões de Delegacias de Polícia. Vivo polícia; sei o que é polícia; sei quanto ganha um soldado da Polícia Militar; sei quanto ganha uma policial feminina; sei quanto ganha um Coronel, sei quanto ganham os marajás deste Estado; sei quanto ganha um agente da Polícia Civil, e exijo respeito a esta Comissão de Segurança.

Venho aqui, vou marcar, vou exigir uma reunião e vamos convocar o Coronel Wantuil Borges que venha dar uma satisfação a toda esta Comissão de Segurança Pública na Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência informa que seu tempo encontra-se encerrado, nobre Deputado.

Encerrado o horário das Lideranças, em nome da Mesa Executiva, o nobre Deputado Anibal Khury fará as explicações de assuntos que dizem respeito à esta Casa.

O SR. ANIBAL KHURY - Uso a palavra para manifestar-me a respeito de duas notas publicadas no Jornal "O Estado do Paraná". Uma que diz respeito à autuação que a Assembléia realmente recebeu da Receita Federal. A Receita nos lançou uma importância de quase CZ\$ 5 milhões, porque nós não teríamos recolhido esta importância à Receita.

Alguma coisa está errada; ou a Receita Federal, que eu acredito seja neste caso a culpada, ou o Banco do Estado.

Nós depositamos as importâncias religiosamente. A primeira importância recolhida no Banco do Estado do Paraná no dia 20 de fevereiro de 1987, foi de CZ\$ 1 milhão e 356 mil, coincidindo com o seu valor de notificação. A outra importância foi recolhida no dia 20.03.87, no valor de CZ\$ 1 milhão e 348 mil, e a outra importância recolhida no dia 15.04.87, foi de CZ\$ 974 mil. Essa é a notificação da Receita Federal.

O Diretor Geral da Assembléia e o Diretor Financeiro estiveram ontem na Receita Federal, e a Receita Federal confessou que estes créditos não tinham sido ainda recolhidos em virtude de uma Resolução que teria havido. Afinal de contas, a Assembléia cumpriu, religiosamente, com o pagamento do Imposto de Renda na Fonte dos Senhores Deputados e dos Senhores funcionários.

Eu já informei ao jornal que veiculou a notícia que a autuação é verdadeira, mas é falsa, não cabe. Nós recolhemos religiosamente, o Imposto de Renda no Banco do Estado do Paraná, nas datas por nós mencionadas.

A outra observação refere-se a uma possível notícia divulgada pelo Deputado Lindolfo Júnior, dizendo e informando que vai requerer uma auditoria aqui na Assem-

bléia Legislativa. Sua Excelência não precisa se preocupar com auditoria porque desde que a Comissão Executiva assumiu, nós admitimos e temos aqui na Assembléia uma delegação do Tribunal de Contas, que fiscaliza todas as nossas contas. Ademais, além disso, o órgão competente para fiscalizar as Finanças da Assembléia é a Comissão de Tomada de Contas, deste mesmo Poder, que, oportunamente, vai se manifestar sobre o assunto. O Deputado Lindolfo Júnior, não sei se é verdade que ele teria feito esta declaração, eu não acredito, porque Sua Excelência é jovem, respeitado, e a notícia é leviana. Então, eu quero informar à Casa, que, além do Tribunal de Contas que fiscaliza a Assembléia com uma fiscalização permanente e diária, apreciando todas as nossas contas, em última palavra fala a Comissão de Tomada de Contas. (Revisado pelo Orador).

Era isso que eu queria informar ao Plenário.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) - Após a explanação do 1º Secretário, Deputado Anibal Khury, eu gostaria de saber se pessoas imorais podem indagar quanto à moralidade da Casa da qual fazem parte?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Não havendo expediente a ser lido,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 55/86, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, dispõe que os estabelecimentos de ensino existentes no Estado do Paraná, deverão ter, obrigatoriamente, dependências adequadas ao preparo da merenda escolar, sendo vedada expressamente a utilização das salas de aula para esta finalidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 23, de 08.04.86).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 57/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELI, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS, com sede no Município de Boa Vista da Aparecida e foro no Município de Cascavel. Aprovado. (Publ. no DA. nº 42, de 04.05.87).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 169/87, de autoria do Deputado JOSÉ FELINTO, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Dr. Aristides de Athayde Neto. Aprovado. (Public. no DA.85, de 18.8.87).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 246/87, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Realeza - A.P.A.E., com sede e foro na Cidade de Realeza, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no. DA. 115/86, de 14.10.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 246/86

De autoria do ilustre Deputado Caíto Quintana, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Realeza (APAE), com sede e foro na Cidade de Realeza.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN
Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 56/87, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que institui a Loteria Esportiva do Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.I.C., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. 42/87, de 04.05.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 056/87

O presente Plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Ferrari Júnior, tem por finalidade instituir a Loteria Esportiva do Estado do Paraná, conforme especifica.

Do ponto de vista legal e constitucional não há nada que obste a normal tramitação do Projeto de Lei em tela pelos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente
ERONDY SILVÉRIO
Relator

COMISSÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI N. 056/87

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n. 056/87, objeto de apreciação desta Comissão de Indústria e Comércio, visa instituir a Loteria Esportiva do Estado do Paraná, conforme específica e é de autoria do nobre Deputado Ferrari Júnior.

Na apreciação dos dispositivos legais nada há que obste a tramitação do referido Projetos pelos demais órgãos da Casa.

Nosso parecer, nestas circunstâncias, é FAVORÁVEL, pelo que opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões em, 27.08.87.

(aa) ANTÔNIO BÁRBARA
Presidente

NELSON VASCONCELLOS
Relator

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Para encaminhar)

Senhor Presidente, certamente o deputado autor do Projeto de Lei, ilustre Deputado Ferrari Júnior, fará o encaminhamento ou na defesa de seu Projeto argumentará por ocasião da 2.^a Discussão. Eu acompanharei, farei o possível para estar aqui para ouvir do Deputado Ferrari Júnior a defesa da matéria, eu apenas quero dizer que na devida oportunidade me manifestarei, na 2.^a ou 3.^a Discussões, mas, antecipadamente o meu voto é contrário, porque nós já criamos uma Loto outro dia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Em Votação o Projeto de Lei n. 56/87. APROVADO.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 108/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cascavel, com sede e foro no Município de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. 69, de 22.06.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 108/87

P A R E C E R:

O nobre Deputado Antônio Bárbara, por intermédio do Projeto de Lei n. 108/87, pretende declarar de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cascavel, com sede e foro naquele Município.

Analisando a Proposição, constata-se que a mesma obedece às disposições legais que regem a matéria.

Assim sendo, somos pela aprovação da presente iniciativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ACYR MEZZADRI

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 120/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marialva, com sede e foro no Município de Marialva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. 75, de 30.6.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 120/87

P A R E C E R :

O presente Plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Antônio Bárbara, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marialva, com sede e foro no Município de Marialva.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei n. 6.994, de 10.01.87, que dita as normas para Declaração de Utilidade Pública, já que teve sua inscrição no Registro de Títulos e Documentos em 1976, tendo conseqüentemente personalidade jurídica há mais de um ano, estando em efetivo exercício junto à comunidade, de maneira desinteressada, ou seja, não tem nenhum fim lucrativo e que é constituída para fins de coordenação, proteção e representação legal de categoria profissional, no plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, com o intuito de colaboração com os poderes públicos e demais associações, tudo no sentido de solidariedade social e de sua subordinação aos interesses nacionais.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça que possa impedir a legal tramitação do mesmo nesta Augusta Casa de Leis. Isto posto, opinamos

FAVORAVELMENTE a aprovação do Projeto de Lei n. 120/87.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 141/87, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Faxinal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 79, de 06.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 141/87

P A R E C E R :

De autoria do ilustre Deputado Orlando Pessuti, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Faxinal - A. P. A. E., com sede e foro na Cidade de Faxinal.

Encontra-se o processado com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando uma sessão ordinária para segunda-feira, dia 28, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada, e mais

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 246/87, 56/87, 108/87, 120/87 e 141/87.

Levanta-se a Sessão.